

Ata Circunstanciada da 42ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA CIRCUNSTANCIADA DA 42ª (QUADRAGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DEBATER O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA PARA A FEBRE AFTOSA – PNEFA, DE 16 DE MAIO DE 2024.	
INÍCIO ÀS 15H03MIN	TÉRMINO ÀS 16H27MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO PEPA) – Declaro aberta a presente sessão ordinária de 16 de maio de 2024, às 15 horas e 3 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido por esta presidência.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PEPA) – O expediente lido vai a publicação.

De acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.323/2024, de autoria do deputado Pepa, do PP, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, 16 de maio de 2024, fica transformada em comissão geral para discussão do Planejamento Estratégico do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PEPA) – Convido os senhores deputados e as senhoras deputadas, bem como todos que assim desejarem, a participar do debate em plenário.

Está suspensa a presente comissão geral.

(Suspensa às 15h06min, a reunião é reaberta às 15h14min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PEPA) – Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para debater sobre o planejamento estratégico do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa.

Convido para compor a mesa de honra os seguintes convidados: o secretário da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, a Seagri-DF, Rafael Bueno, meu amigo – que bom ter você aqui, irmão –; o senhor vice-presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal, a Fape-DF, Rogério Tokarski – um abraço ao meu amigo Fernando, ouviu Rogério? –; o senhor coordenador regional e médico veterinário da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, a Emater-DF, Álvaro Luiz Marinho Castro.

Passarei a palavra às autoridades da mesa para fazerem suas considerações.

Convido o coordenador regional e médico veterinário da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, a Emater-DF, senhor Álvaro Luiz Marinho Castro, para fazer uso da palavra.

ÁLVARO LUIZ MARINHO CASTRO – Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer este convite para participarmos deste evento.

Quero registrar a ausência do nosso presidente e da nossa diretora. Ambos estão envolvidos com a execução da AgroBrasília, que acontecerá semana que vem.

Quero dizer que o nosso trabalho anda extremamente ligado ao trabalho da Seagri no que se refere à prevenção e aos trabalhos de combate e erradicação da febre aftosa.

Acredito que vai haver discussões e debates. Eu me coloco à disposição para isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO PEPA) – Obrigado, Álvaro.

Concedo a palavra ao vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal, senhor Rogério Tokarski.

ROGÉRIO TOKARSKI – Caro deputado, senhores membros da mesa e vocês que fazem a agricultura ser melhor.

Tenho 75 anos e desde criança eu me lembro dos problemas que a febre aftosa causava lá no Sul, onde eu morava: aftas, frieiras. Até que surgiu a vacina. Hoje, estamos comemorando, praticamente, a erradicação da febre aftosa. Então, é um dia de pôr a melhor gravata, o melhor paletó para comemorar com vocês e com os demais da mesa essa alegria de sabermos que no DF poderemos criar com maior tranquilidade e que não será negada a entrada de nossos animais em parques, como aconteceu no Mato Grosso e no Goiás.

É importante o trabalho que vocês fazem e o trabalho político que todos nós fazemos.

Dia de festa!

PRESIDENTE (DEPUTADO PEPA) – Obrigado, senhor Rogério.

Convido o secretário de agricultura, Rafael Bueno, para fazer uso da palavra.

RAFAEL BUENO – Boa tarde, excelentíssimo deputado Pepa, a quem tenho a honra de chamar de amigo, um parceiro, nosso presidente da comissão que trata da agropecuária nesta casa de leis.

Antes de falar sobre a febre aftosa, deputado, quero reforçar, como produtor rural, como amante e profissional dessa área, não só como secretário, a importância da criação dessa comissão para o Distrito Federal. Isso muito se deve também ao trabalho do senhor e dos seus pares dentro desta comissão para tirar essa importante ferramenta do papel, do discurso, e trazê-la, de fato, para a ação dentro desta casa de leis, o que vai garantir à população do Distrito Federal, seja o produtor rural, seja aquele que consome os produtos oriundos dessa produção, uma maior segurança jurídica.

Quando falamos do objeto dessa comissão, nós estamos falando de um problema que é muito severo e é um grande balizador internacional, deputado, quando falamos do comércio de produtos cárneos, de produtos de origem animal, principalmente no âmbito do exterior.

Com muito trabalho e muito afinho de tantos profissionais, que o senhor vê aqui à frente, que, de fato, são os que fazem o dia a dia da Secretaria da Agricultura, são os que elevaram o patamar do Distrito Federal a uma zona livre de febre aftosa, sem a necessidade da vacinação, é que estamos aqui para cumprir mais um passo daqueles tantos exigidos pelo Ministério da Agricultura dentro do programa não só de erradicação, mas também de prevenção dessa doença, vice-presidente Rogério, dentro do âmbito do nosso estado. Isso é importante, por exemplo, para que o senhor, como criador, possa iniciar o processo de abertura de oportunidade para, quiçá, o Distrito Federal se tornar uma área de exportação para a Europa de produtos cárneos. Qualidade nós temos. Talvez não tenhamos ainda a quantidade de animais, mas qualidade nós temos.

A Secretaria de Agricultura soltará em breve vários programas justamente para incentivar o aumento dessa produção e incentivar também a agroindustrialização. Mas, para que consigamos esses mercados cada vez mais rentáveis, são necessárias ações, como a sensibilização do parlamento local e uma maior fiscalização, Álvaro.

Agora que não temos mais a obrigatoriedade da vacinação, na qual o produtor tinha que apresentar declaração de rebanho, cabe-nos ter um trabalho muito mais sensível e muito mais latente, porque o produtor vai ter que fazer a sua autodeclaração, informando, rotineiramente, qual o rebanho que há naquela propriedade. Isso aumenta a nossa responsabilidade enquanto órgão de fiscalização. Mas nós sabemos que, junto com a responsabilidade, adiante vêm as benesses para o produtor rural, que é o motivo do trabalho dessa secretaria.

Parabéns por estar junto conosco. A secretaria se coloca à disposição sempre deste parlamento, com esses homens e mulheres que se fazem presentes para serem motor desta produção no Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PEPA) – Obrigado, secretário Rafael Bueno. Bem-vindo, secretário de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal.

Eu quero agradecer a presença de todos vocês, de todos vocês profissionais que cuidam do agro, que cuidam do rural, que cuidam do abastecimento do Distrito Federal.

Eu, ao chegar a esta casa, deparei-me e me assustei por não haver, na Câmara Legislativa, uma comissão permanente para debater, para discutir o que acontece no agro, na agricultura, do Distrito Federal. Eu moro em Planaltina, uma das regiões com maior extensão rural no Distrito Federal juntamente com Brazlândia, e, nessa busca de entender, percebi como precisávamos debater essa questão, não como uma frente parlamentar, mas como uma comissão permanente; isso é um instrumento fundamental.

Eu tenho rodado por todas as áreas rurais, tenho procurado entender a segurança, a saúde, a produção, o escoamento, conversado com os escritórios da Emater, conversado com produtores, com as cooperativas, que são muito importantes para que possamos entender no que melhorar.

Eu vejo ali uma faixa: “Pela nomeação de todos aprovados na Seagri”. Precisamos reforçar o quadro de servidores, porque, se damos importância à agricultura no Distrito Federal, precisamos ter um quadro de servidores com contingente preparado para atender todas as demandas. O Distrito Federal, hoje, não está mais com aquele título de capital do servidor público. Avançamos muito nessa questão. O agronegócio do Distrito Federal é uma realidade. Toda a produção, o abastecimento do Distrito Federal é uma realidade. Nós iniciamos, hoje, um governo que dará abertura para isso. Vivenciamos uma Câmara Legislativa que aprovou por unanimidade a criação desta comissão, e aqui eu ressalto os pares: como o vice-presidente, o deputado Iolando; como membros o deputado Roosevelt, o deputado Rogério Morro da Cruz e o deputado Ricardo Vale.

Estamos empenhados em conversar com as federações, com os servidores que estão na ponta, em dar uma atenção especial a eles, e isso é importante, é o instrumento de vocês, criado para cada um de vocês ter voz e debater, de fato, os assuntos que estão adormecidos quanto à questão da agricultura do Distrito Federal.

Muito obrigado pela importante presença de vocês aqui nesta comissão.

Quero registrar a presença do meu irmão, companheiro de partido, meu líder nesta casa, deputado Pastor Daniel de Castro. Obrigado, meu irmão, saudades do senhor, e nos ajude, preciso muito de você aqui nessa luta.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PEPA) – Pronto, um bom avanço.

Gostaria de lembrar que, a partir deste momento, estão abertas as inscrições daqueles que desejarem fazer o uso da palavra.

Convido a senhora coordenadora do Programa Distrital de Vigilância para a Febre Aftosa da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, a Seagri-DF, Priscilla Pereira Moura, para fazer a sua apresentação. (Palmas.)

PRISCILLA PEREIRA MOURA – Boa tarde a todos.

O meu nome é Priscilla e sou veterinária da Secretaria de Agricultura. Estou aqui para apresentar a vocês o plano estratégico do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa e a ampliação das zonas livres de febre aftosa sem vacinação no Brasil e no Distrito Federal.

Já estou na coordenação do programa para febre aftosa há alguns bons anos. É um prazer enorme estar aqui para falar desse assunto para todo mundo.

(Apresenta projeção.)

PRISCILLA PEREIRA MOURA – Para começar, quero mostrar a vocês alguns dados gerais da pecuária do Distrito Federal.

Hoje, temos aproximadamente 84 mil cabeças de bovinos, 896 bubalinos, 22 mil cabeças de ovinos, 3.621 caprinos e 19 mil equídeos. Em relação à suinocultura, temos o plantel de, aproximadamente, 150 mil animais, sendo que grande parte dele está em granjas tecnificadas. Quanto à avicultura, há 141 estabelecimentos de aves de corte, sendo 125 galpões de corte registrados, 29 matrizeiros e 7 incubatórios, com a capacidade de alojamento para 446 mil aves de postura.

Para vocês terem noção do valor que obtemos dos produtos desses rebanhos em reais, vou

mostrar para vocês um índice utilizado: o Valor Bruto da Produção. No Distrito Federal, ele é calculado pela Emater e compilado em um relatório anual. Vou mostrar os dados de 2022, porque o relatório com os dados de 2023 ainda está em fase de finalização. Esse índice demonstra o desempenho da produção agropecuária e é calculado multiplicando-se o valor da produção agropecuária de cada produto agrícola ou pecuário pelo preço médio recebido pelos produtores. Esse índice estima o faturamento bruto das atividades produtivas na propriedade.

Em 2022, o Valor Bruto da Produção total da pecuária do Distrito Federal foi R\$1.480.763.000,00 – o que representa quase 30% do total do Valor Bruto da Produção da agropecuária do Distrito Federal.

Nessa tabela, conseguimos notar que o carro-chefe vem das grandes culturas. No Distrito Federal, o maior Valor Bruto da Produção vem da produção de grãos aqui do Distrito Federal. Em segundo lugar, vem a pecuária. Nós estamos encabeçando o Valor Bruto da Produção da agropecuária do Distrito Federal.

Quando analisamos item por item o valor de cada produto da pecuária, observamos que os 4 primeiros são carne de ave industrial, seguida da produção de ovos férteis, carne suína industrial e depois do leite bovino. São os 4 produtos que têm o maior Valor Bruto da Produção aqui na pecuária do Distrito Federal.

Quando avaliamos o Valor Bruto da Produção juntamente com o número de produtores e de animais que nós temos, conseguimos notar que temos potencial de crescimento e de desenvolvimento dentro do setor pecuário do Distrito Federal.

Além desses dados da pecuária, eu quero mostrar também aqui para vocês alguns pontos importantes relacionados à doença, à febre aftosa em si, e como é feito o controle dela aqui no Distrito Federal e no Brasil.

A febre aftosa é uma doença altamente contagiosa. Ela é provocada por um vírus que causa bolhas, vesículas, lesões ulcerativas, que são aftas na boca, cascos, úbere e narinas dos animais. Essas lesões provocam muita dor. Os animais acabam não conseguindo se alimentar e se locomover adequadamente e isso faz com que se reduza muito a produtividade. Por isso, nenhum país quer ter essa doença circulando no seu rebanho. Consequentemente, a presença dela impacta diretamente nas relações comerciais e traz grandes prejuízos econômicos.

O Distrito Federal não registra casos de febre aftosa desde 1993. O último caso no Brasil foi em 2005.

A principal estratégia adotada pelo país para erradicar e controlar a doença foi a vacinação ao longo dos últimos anos. Além da vacinação temos várias outras medidas que foram adotadas, delineadas dentro de um programa de controle da doença. No Brasil, ele é conhecido atualmente como Pnefa, que é o Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa. Esse programa, que desenha as estratégias de vacinação, de vigilância, de controle de movimentação de animais, é considerado internacionalmente como uma referência do sistema sanitário do país.

Para a evolução do *status* da doença no Brasil, é fundamental que aumentemos e incrementemos continuamente o nosso sistema de vigilância e a atuação do programa de vigilância para a febre aftosa.

Nos últimos anos o Brasil ganhou destaque no mercado mundial dos produtos de origem animal, justamente por conta da melhoria contínua que tem acontecido na condição sanitária do rebanho.

Nesse sentido, o ministério desenhou e anunciou, em 2017, um plano estratégico para a retirada da vacinação, considerando que há muitos anos não há foco da doença no país. Os últimos estudos sorológicos demonstraram que não há circulação viral no nosso rebanho. Eles, então, anunciaram e estabeleceram um plano estratégico para a retirada da vacinação com o objetivo, justamente, de avançar na avaliação internacional em relação ao nosso sistema de vigilância.

Esse plano estratégico foi desenhado para ser executado em um período de 10 anos. O objetivo geral dele é criar e manter condições sustentáveis para garantir o *status* de país livre de febre aftosa e ampliar as zonas livres sem vacinação, protegendo o patrimônio pecuário nacional e gerando o máximo de benefícios aos atores envolvidos na cadeia pecuária. Para isso, a ideia é fazer a substituição gradual da vacinação contra a febre aftosa por ações de vigilância com o envolvimento do Serviço Veterinário Oficial, mas, também, do setor privado, dos produtores rurais e dos agentes

políticos.

Desde que esse plano estratégico foi iniciado, já no primeiro ano de execução, o Brasil avançou para o *status* de país inteiro livre de febre aftosa. Antes disso, alguns estados não tinham o reconhecimento do *status* sanitário, eram zonas consideradas com *status* desconhecido para a doença. Porém, no primeiro ano, em 2018, recebemos o reconhecimento internacional – na época, da OIE – de Brasil livre de febre aftosa, quando as exportações brasileiras de carne bovina fecharam o ano com recorde histórico. Ali percebemos como que seria importante continuarmos avançando para a ampliação da zona livre sem vacinação.

De lá para cá – o gráfico mostra bem isso –, algumas regiões, as que estão em amarelo, não tinham nenhum tipo de reconhecimento para doenças. Em 2018, conseguimos o *status* nacional de zona livre com vacinação em todo o país, sendo que Santa Catarina, que já era desde 2008, continuou com o *status* de zona livre de febre aftosa sem vacinação. Em 2021, ampliamos essas zonas livres sem vacinação para mais alguns outros estados do país como Acre, Rondônia, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e, também, alguns municípios do Amazonas e de Mato Grosso. Então, hoje temos, além de Santa Catarina, mais esses estados como zona livre de febre aftosa sem vacinação. E todo o restante do país como zona livre de febre aftosa com vacinação.

E os principais eixos de atuação do plano estratégico estão voltados para a interação com as partes interessadas no programa de prevenção da doença, para a ampliação da capacidade dos serviços veterinários, para o fortalecimento do sistema de vigilância em saúde animal e para as ações propriamente ditas, relacionadas ao processo de transição de zona livre com vacinação, para zona livre sem vacinação.

De 2017 para cá, assim que o plano foi iniciado, o Brasil foi dividido em blocos. Os estados foram divididos em blocos, e a ideia era que a vacinação fosse retirada gradualmente em cada um desses blocos. Mas, de lá para cá, já ocorreram algumas mudanças na distribuição dos estados dentro desses blocos. Houve algumas mudanças também em relação ao cronograma, até mesmo porque tivemos a pandemia durante o período do plano. Essa programação sofreu algumas mudanças, mas continuamos executando e avançando na execução do projeto.

Em 2022, o ministério fez uma avaliação dos estados do bloco IV e, na época, reparou que havia níveis de evolução distintas entre as unidades da Federação. Isso quando já estava próxima a época de o bloco IV dar os próximos passos para a retirada da vacinação. Então, o ministério propôs para todas as unidades, para os estados do bloco, que fosse realizada uma nova avaliação de todos, considerando alguns critérios, alguns pontos críticos da execução do plano, para que fosse decidido quais estados poderiam efetivamente avançar para a suspensão da vacinação ou não.

Alguns dos pontos críticos que são considerados dentro do plano estratégico e que foram avaliados nesse momento foram: a existência de um fundo privado instituído e operante, recolhendo recursos regularmente de uma forma compatível com o rebanho existente na unidade federativa; a existência de um cadastro com geolocalização de, pelo menos, 70% dos estabelecimentos rurais; pelo menos 60% das ações do plano já bem encaminhadas, em andamento, dentro do prazo ou concluídas; uma nota do programa de auditoria do ministério, que se chama Quali-SV mínima, que na época era nota 3; e algumas outras considerações, principalmente para os estados que fazem fronteira internacional.

Após avaliar, eles estabeleceram um período para fazer essa nova avaliação e, depois que eles avaliaram todos os estados, o Mapa suspendeu a vacinação contra a febre aftosa em 6 estados e no Distrito Federal, em maio de 2022, considerando que a última seria em novembro do mesmo ano. E assim foi. Em 2023, já não vacinamos contra a febre aftosa.

Esse é o mapa atual de como está a execução do plano estratégico no Brasil, ele está disponível no *site* do ministério, mas, de lá para cá, houve mais alguns encaminhamentos que eu também mostrarei para vocês.

De 2023 para cá, desde que nós paramos de vacinar, temos trabalhado fortemente para fortalecer o sistema de vigilância em saúde animal da Secretaria de Agricultura no Distrito Federal como um todo. Em relação à febre aftosa, nós temos trabalhado para executar uma vigilância voltada para estabelecimentos de maior risco de introdução da doença, do agente da febre aftosa, controle de movimentação de trânsito dos animais e várias outras atividades que, de certa forma, substituem a vacinação e garantem a ausência da doença no nosso rebanho.

Também temos trabalhado para incentivar a vigilância passiva dentro da comunidade pecuária, que é a vigilância feita pelos trabalhadores rurais, pelos produtores, pelos proprietários, pelos veterinários da iniciativa privada, por todas as pessoas envolvidas na agropecuária, para que, no momento em que houver contato com os seus animais, nos ajudem na vigilância da doença, observem e nos comuniquem qualquer tipo de sinal clínico suspeito. Com essa parceria, podemos fazer a vigilância da doença e o controle, uma investigação, uma comprovação de que o que circula dentro do nosso rebanho são outras doenças com sinais clínicos semelhantes.

Em 2023, nós trabalhamos e continuamos trabalhando fortemente para incrementar a vigilância ativa realizada por nós da Secretaria de Agricultura como serviço veterinário oficial e também para incrementar a vigilância passiva executada em parceria com a comunidade do setor agropecuário.

Eu quero frisar bem que a vigilância – apesar de a Secretaria de Agricultura, de os órgãos de defesa agropecuários estaduais estarem à frente dos serviços de vigilância – é uma responsabilidade compartilhada. Não há como fazermos a vigilância sozinhos, nós precisamos da participação de todos os atores envolvidos; não só dos produtores, dos profissionais veterinários, dos profissionais técnicos que estão dentro das propriedades, mas dos agentes políticos, para que cada vez mais incentivemos a participação da comunidade nesse processo de vigilância.

Para que vocês tenham noção, esse é o gráfico que mostra o número de notificações que recebemos nos últimos anos relacionados a síndromes vesiculares. Em 2023, nós fizemos apenas 4 investigações – é um número bem pequeno.

A questão da dificuldade de incentivo da comunidade rural nesse processo não é uma realidade só do DF, não é um problema que somente nós vivemos, vários outros estados têm a mesma dificuldade. Talvez, em alguns outros, o que provoca essa dificuldade seja diferente do que provoca a nossa, mas é uma realidade nacional e todos nós trabalhamos para que seja mudada.

Quando nós fazemos uma investigação da doença, nós não estamos lá querendo encontrar a doença; nós estamos lá para mostrar que a doença não existe aqui. No momento em que vamos até uma propriedade em que está havendo lesões suspeitas ou compatíveis com uma doença vesicular, nós coletamos material e mandamos para o laboratório. Sair o resultado indicando uma outra doença é uma forma de comprovar que não há a circulação da febre aftosa no DF e no país. Por isso, a importância da participação de todos nessas notificações para conseguirmos continuamente manter o nosso *status* de zona livre da doença. Não só isso, mas, em uma possível reintrodução, o quanto antes a observarmos, conseguiremos controlar mais rápido a evolução e a disseminação. Então, o trabalho de vigilância é extremamente importante para conseguirmos detectar rapidamente a doença e demonstrar continuamente que ela não existe no nosso rebanho.

Além da incrementação do trabalho de vigilância – que temos feito desde que retiramos a vacinação –, nós também temos trabalhado continuamente para treinar os nossos profissionais para uma possível emergência sanitária. Também trabalhamos na elaboração de planos de contingência, nos quais nós discutimos, com vários outros órgãos, as ações que teriam que ser implementadas em uma possível emergência sanitária. Existe também o grupo já estabelecido e portariado de atenção à suspeita de enfermidades emergenciais.

Em 2023, o ministro da Agricultura mandou um ofício para todos os governadores do bloco IV – os próximos estados a avançar para o *status* de zona livre sem vacinação –, solicitando a colaboração e a parceria para justamente incentivar as atividades de vigilância da doença e o avanço das ações relacionadas ao pleito de reconhecimento internacional. Porque, neste ano de 2024, iríamos iniciar as restrições de trânsito, que são necessárias para atender aos requisitos para apresentação do pleito ao reconhecimento internacional, bem como algumas outras ações, como inquéritos soroepidemiológicos.

De lá para cá, em março de 2024, o ministério publicou a Portaria Mapa nº 665, reconhecendo nacionalmente, como livres de febre aftosa sem vacinação, vários estados, inclusive o Distrito Federal. Então, nós temos, hoje, o reconhecimento nacional de zona livre de febre aftosa sem vacinação. Essa é uma das etapas para o apresentar o pleito ao reconhecimento internacional. Para haver esse reconhecimento, iniciaram-se as restrições de movimentação de animais, principalmente de entrada de bovinos e bubalinos, que eram os animais vacinados dentro do nosso estado, para cumprirmos o período que precisamos para receber o reconhecimento internacional.

Em seguida, em abril, o ministério também antecipou a vacinação nos últimos 5 estados que faltavam no Brasil. O restante dos estados que eram zona livre com vacinação pleitearão juntos o *status* de zona livre de febre aftosa sem vacinação. A meta é que, em 2026, recebamos o

reconhecimento internacional.

No âmbito do DF, temos 44 ações relacionadas ao plano estratégico, cuja competência para executar é da Subsecretaria de Defesa Agropecuária. É fundamental que todos os atores da cadeia produtiva, tanto público quanto no privado, estejam envolvidos para que consigamos completar a execução dessas ações.

Essas ações, em todas as unidades da Federação, são acompanhadas por uma equipe gestora estadual. No caso do DF, temos representantes da Secretaria de Agricultura, da Emater-DF, da Superintendência Federal de Agricultura, da UnB, do CRMV-DF, da Fape-DF, do Sindicato de Caprinos e Ovinos, do Sindicato de Suínos, dos criadores de bovinos do DF e do Parque de Exposições da Granja do Torto. As reuniões têm sido bimensais e discutimos como está o andamento da execução do plano estratégico aqui no Distrito Federal.

Esse é o gráfico que mostra como que está o andamento dessas 44 ações. A grande maioria delas já está concluída: 32 ações. A maior parte delas está em andamento dentro do prazo: 60% para cima. Mas ainda temos algumas poucas ações que têm andado fora do prazo ideal de execução – uma delas está relacionada à discussão do plano no âmbito político e hoje estamos aqui para marcá-la como executada. (Risos.)

É importante estarmos aqui, hoje, justamente porque as mudanças propostas nesse plano impactam diretamente a vida das pessoas e a prestação dos serviços públicos. Uma das ações é, justamente, a realização desses debates nas comissões parlamentares de todas as unidades federativas.

Quais são os benefícios da retirada da vacinação? É a oportunidade de acesso a mercados com melhores remunerações dos produtos; a melhoria da competitividade dos negócios; a economia na aquisição das vacinas e da contratação de pessoal para executar essa vacinação; a redução do prejuízo causado por edemas e abscessos nas carcaças; a melhor visibilidade dos produtos e das marcas nacionais no mercado, não só nacional, mas internacional; a movimentação econômica; a influência em todas as cadeias produtivas e a geração de empregos diretos e indiretos, que são provenientes da ampliação do mercado.

E se o DF não conseguir finalizar essas ações do plano estratégico? Poderá haver várias restrições – não só comerciais, como também de trânsito – com as unidades federativas que receberão o reconhecimento de zona livre de febre aftosa sem vacinação. Por exemplo, Goiás e Minas Gerais são unidades com as quais temos relações comerciais intensas, não só comerciais, como também de trânsito. Essas restrições valem tanto para o comércio como também para a participação em eventos agropecuários. Isso pode afetar as relações comerciais dos produtores com esses estados, isolando o DF dos demais estados. Os setores da pecuária seriam fortemente impactados econômica e socialmente por conta dessa não evolução do estado sanitário.

Hoje, os principais desafios do Distrito Federal seriam o funcionamento efetivo do fundo privado, que existe, mas necessita funcionar rapidamente e de forma eficaz, com repasse de recursos para fazer frente à possibilidade de uma emergência sanitária. O nosso fundo precisa trabalhar e estabelecer uma forma eficaz de arrecadação. Nós estamos recebendo novas colegas, mas ainda há uma deficiência de quadro de pessoal para executar os serviços de vigilância e garantir a continuidade da qualidade do serviço. E, como eu já falei várias vezes, precisamos conseguir a participação ativa e o engajamento dos produtores rurais, dos representantes políticos e de todos os setores envolvidos na agropecuária. Precisamos do apoio político e financeiro e também evoluir na capacitação de servidores e técnicos para emergência.

É isso, pessoal. Estou à disposição para tirar qualquer dúvida e para conversar sobre o assunto com vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PEPA) – Priscilla, obrigado pelos esclarecimentos e pela apresentação, cujo tema é muito importante para nós do Distrito Federal.

As inscrições foram abertas, mas não há inscritos. Como não houve inscritos, passaremos às considerações finais das autoridades da mesa.

Antes, eu gostaria de ressaltar a vocês que o gabinete nº 12, no terceiro andar, a partir do momento em que provocamos a realização desta comissão nesta casa, assumimos a responsabilidade de olharmos tudo o que está acontecendo no âmbito da área rural, da produção rural e da agricultura, de um modo geral.

Eu quero dizer para vocês que esta casa, com os seus 24 parlamentares, tem se sensibilizado

com toda essa questão que acontece no campo do Distrito Federal. Eu tenho buscado fazer com que as redes sociais e a imprensa tenham conhecimento da importância do trabalho de cada um de vocês.

Deixo um agradecimento especial à senhora Danielle Kalkmann Araújo, subsecretária da Defesa Agropecuária da Seagri. Obrigado pela iniciativa de trazer essa pauta para a comissão. Estamos realizando esta comissão para justamente debater esses temas e para que possamos, de fato, mostrar ao Distrito Federal a importância do trabalho de cada um de vocês.

Eu registro a presença da Sandra Vitorino, presidente do Sindicato dos Produtores de Frutas, Flores e Hortícolas, representante do gabinete do meu amigo deputado Thiago Manzoni – menino bom.

Eu gostaria de informar a todos que, na próxima semana, apresentaremos moção de louvor pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal a cada convidado, servidor e autoridade presente. É preciso mostrarmos, dentro de todo o contexto, a importância do trabalho de cada um de vocês. Senhor secretário, presidente, é fundamental a valorização desse trabalho para que a população do Distrito Federal tenha mais segurança no seu alimentar. Contem conosco e contem com essa comissão.

Eu agradeço a esta casa, a todos os parlamentares que por aqui passaram e defenderam muito essa causa ao longo desses 30 anos. Eu ressalto, falando por todos, o nome do meu amigo Joe Valle. O ex-deputado Joe Valle é um amigo com quem debatemos bastante essa questão e por quem tenho um carinho enorme. Ele foi presidente desta casa, deputado desta casa, e sabe a importância de debatermos esse assunto no dia a dia. Muito obrigado.

Abro agora a fala para as considerações de cada um dos membros da mesa.

Concedo a palavra ao senhor coordenador regional e médico veterinário da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, Alvaro Luiz Marinho Castro.

ÁLVARO LUIZ MARINHO CASTRO – Senhores, aproveito o momento para fazer algumas observações e dizer o quanto nós da Emater estamos engajados nesse trabalho de vigilância junto com os senhores.

Eu posso testemunhar que, pelo menos desde 2022, todos nós da casa, deputado Pepa, estamos passando por uma série de capacitações junto com os nossos colegas da Seagri. Rafael, eu queria deixar essa informação aqui.

É importante ressaltar que, dentro desse papel de vigilância, a Emater cumpre um papel muito importante. Como lá há uma capilaridade muito grande e estamos muito próximos dos produtores, então fazemos esse primeiro trabalho de impacto. E, Priscilla, podemos trabalhar, sim, tanto na vigilância ativa quanto na vigilância passiva. Muitas vezes os produtores nos procuram, em uma primeira vez, para sanar algum tipo de problema, e passamos essa atividade diretamente a vocês.

Quando estamos no campo, temos uma interface muito grande com os colegas da Seagri. Posso falar do Raison, do Eduardo, do Daniel, que estão sempre nos apoiando. Temos tido grandes oportunidades. Nós estamos distribuídos por todo o Distrito Federal. Nós estamos em praticamente todas as regiões.

Estamos passando por uma interface agora, deputado Pepa. Infelizmente, por conta da saída de alguns colegas no nosso PDV e da não chegada ainda de novos colegas, alguns pontos estão deficitários. Eles não estão desguarnecidos, mas um pouco deficitários com relação ao trabalho dos colegas veterinários. Então, na casa, estamos nos redobrando, estamos nos redesenhando para atender a essa demanda, mas o nosso público não está desassistido. Nós estamos lá e estamos trabalhando com isso.

É importante ressaltar também que, além da vigilância das doenças vesiculares, estamos com apoio total e uma interface muito grande com relação ao controle e à erradicação da tuberculose, da brucelose, das doenças da raiva, das doenças neurológicas. Quanto a essas doenças, principalmente com relação a doenças das aves, eu posso dizer do pronto atendimento que há dos colegas da Seagri no campo, por conta da habilidade, do preparo e do material que eles têm para dar esse suporte. Em toda vez que há um animal suspeito, nós fomos prontamente atendidos pelos colegas. Então, eu posso dizer, com toda a segurança, que é um trabalho de parceria mesmo, um trabalho de empresas que estão envolvidas e comprometidas com o mesmo objetivo.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PEPA) – Obrigado, Álvaro.

Concedo a palavra ao senhor vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito

Federal, Fape-DF, Rogério Tokarski, para suas considerações finais.

Quero parabenizá-lo pela sede, que ficou linda, por todo carinho e zelo com o tema. Muito obrigado, Rogério.

ROGÉRIO TOKARSKI – Caro deputado Pepa, hoje é um dia importante, porque vocês estão tratando de vigilância na saúde – não só da saúde animal, mas da saúde do homem.

Infelizmente, a vigilância sanitária humana, muitas vezes, procede como polícia sanitária. Eu quero crer que vocês vão ser os aconselhadores para restabelecer um clima de paz no campo. Nós temos muitas dificuldades. O homem do campo não tem tido apoio da sociedade.

Vejamos quanto à regularização das terras. Nós viemos para cá a convite da marcha para o Centro-Oeste, e até hoje as terras que possuímos não têm registro, mas ele é fornecido para a Cidade do Automóvel, os setores de oficinas, regularizam invasões; e o homem do campo está sofrendo.

Assim também existem os problemas de saúde do homem do campo. Não há um hospital para o homem do campo. O homem do campo é mais inibido e tem dificuldade de se movimentar numa cidade. O hospital para o homem do campo deveria existir, sim, porque trabalhamos muito. Deveríamos receber uma atenção diferenciada, assim como tem que haver também a atenção à saúde da mulher, o homem do campo precisa dessa atenção diferenciada.

É preciso que haja também mais estrutura na comunicação, que ainda não existe em vários setores – em vários bairros rurais, não há nem telefone. Temos dificuldades com a energia. Nós temos dificuldade com o transporte.

Que bom que você, deputado, e o nosso secretário de agricultura – jovem que só ele! – irradiam otimismo a todos nós! Você é a nossa esperança. Esse é um cargo difícil, mas nós precisamos de apoio.

Eu quero convidar todos vocês para irem à AgroBrasília, que se inicia no dia 21. Ficariamos felizes se vocês fossem fazer parte dessa festa da agro do Distrito Federal.

Como foi citado, Brasília produz não tanto em quantidade, mas Brasília produz as melhores qualidades em trigo, a melhor produção do mundo. Isso é coisa nova como é coisa nova o vinho, que tem boa qualidade; como é coisa nova – vi com atenção ser apresentada pela doutora – a quantidade de equídeos aqui. Nós quase temos mais cavalos que bovinos. Cavalo é importante, essa área emprega mais do que a indústria automobilística. Mas enfrentamos algumas restrições: em alguns eventos, ficamos em dúvida se devemos levar o animal selado ou não; na parte sanitária, há dificuldades, porque, se tivermos que vir ao Plano, antes, nós teremos que pegá-lo lá. Estamos esperando isso, e isso já começou a acontecer via digital. É importante que nesta casa se celebre agora um trabalho em apoio à vigilância animal, que nada mais é que a vigilância à nossa saúde.

Quero dizer ao Marinho a importância de vocês, veterinários, que ajudam a construir a nossa pecuária do Distrito Federal, um grande exportador de ovos férteis, grande exportador de carne. Nós estamos em um patamar de crescimento e precisamos, sim, da sua energia e atenção, secretário, para que as pessoas acreditem mais. O homem do campo está desanimado. Ele está – em termos farmacêuticos – com baixa quantidade de ferro. Nós precisamos acabar com essa anemia, nós precisamos ter energia e quem vai fazer isso é você, secretário, porque você é o representante direto dos nossos pensamentos e antigamente era o homem que presidia a Fundação Zoobotânica. Aquilo tudo caiu por terra. Até hoje – em que pese o governador prometer, mas não acontecer nada; entrar e voltar secretário – nós não temos o quê? O título da terra. Isso é importante, é o que nos dá qualidade de vida.

Parabéns a você, deputado, e a vocês que fazem a agricultura e pecuária do Distrito Federal. A Federação da Agricultura já está na Granja do Torto. Hoje há a Fundação Granja do Torto (*sic*), que está revolucionando aquele melhor parque do Brasil, abandonado que estava, onde este ano haverá uma bela feira em setembro. Vamos voltar a ter, aqui no Distrito Federal, a pujança da pecuária, que exportou muito para o Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PEPA) – Obrigado, Rogério, pelas suas palavras. Eu sou testemunha do trabalho da federação. Mande um abraço e todo o carinho para o Fernando, nosso presidente.

ROGÉRIO TOKARSKI – Ele está viajando. Desculpe-me, eu não citei o nome dele. Ele é uma pessoa por quem tenho o maior respeito. Ele está em um evento em Balneário Camboriú; foi representar a nossa federação lá.

PRESIDENTE (DEPUTADO PEPA) – Concedo a palavra agora para o senhor secretário da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Rafael Borges Bueno – esse jovem que tem uma força enorme do trabalho.

Eu, quando o conheci, falei: “Olhe, vamos entrar com toda a força”. Obrigado, meu amigo. Obrigado mesmo pelo carinho e pelo seu olhar.

Eu acho que é necessário o olhar do gestor, do secretário, de um modo geral. É preciso cuidar principalmente daquelas pessoas que estão na ponta. Cuide dos servidores da secretaria. Eu lhe peço isso com todo o carinho, porque com certeza, cuidando deles, incentivando-os, todo o trabalho que eles desenvolvem vai alcançar um mérito enorme, como já alcança. Não tenho dúvida disso, meu amigo.

As palavras são suas.

RAFAEL BUENO – Primeiramente, muito obrigado, deputado, pelas palavras em menção ao meu nome, e continuo a colocação do senhor, enquanto servidor público, com 18 anos de serviço público no dia 1º de junho, apesar de ser do governo federal.

Eu costumo dizer – a Dani sabe disso, pois eu falo disso nas nossas reuniões de gestão dos subsecretários – que o prédio é apenas parede. A Secretaria de Agricultura está aqui: são esses homens e mulheres que, de fato, a realizam no dia a dia e no campo. Se hoje o nosso vice-presidente da federação, Rogério, está falando sobre a importância e o dia da celebração, não são as paredes que fizeram isso acontecer; são esses homens e mulheres que estão sentados aqui à frente – neste momento, com ar-condicionado – que trabalham no dia a dia, embaixo do sol, da chuva, da madrugada, inclusive nos dias de Natal e Ano Novo, parando o caminhão e vendo se a carga está correta ou não.

Eu quero fazer um comentário muito importante e registrar a importância do agro, Álvaro, para o Distrito Federal, quando observamos os números do IPEDF. Antes de vir, eu estava fazendo uma análise do PIB agropecuário, e tivemos uma grata surpresa quando observamos, do ano de 2020 ao ano de 2023, um acréscimo de 15% do PIB agropecuário do Distrito Federal. O que isso me revela como agrônomo? Um produtor dedicado está investindo em tecnologia; um serviço oficial está acompanhando e fazendo um barramento de doenças, seja na parte de agricultura, seja na pecuária; há uma extensão rural pública eficiente, chegando, principalmente, ao pequeno e médio produtor. Obviamente, precisamos avançar mais. Assim, eu falo da importância da questão da titulação da terra.

Hoje de manhã, presidente, eu estive no aniversário de 1 ano da ETR. Eu falo que eu tenho muita expectativa e esperança naquela empresa quando falamos de titulação das terras. É muito difícil pegar uma engrenagem travada. A própria lei da física fala que quando se tira o objeto da inércia é quando se gasta mais energia. Esse foi o trabalho durante esse 1 ano, mas está consignado que nós faremos várias regularizações – obviamente, a partir da análise individual; depois, nós as faremos em bloco, porque o produtor está cansado de aguardar por isso.

Quando falamos que o produtor está cansado de aguardar por isso, temos que lembrar uma palavra do nosso governador Ibaneis Rocha, que eu acho uma das mais conscientes, adequadas e corretas para a situação. O governador fala assim: “Nós temos que levar qualidade de vida para o homem do campo”. A qualidade de vida engloba, obviamente, a questão da saúde, da educação, da trafegabilidade das nossas estradas, mas também do título de suas terras.

Conforme hoje eu falava no discurso na ETR, quando uma senhora, na propriedade dela – com 80 anos de idade, deputado –, pensa no futuro, e não vê muito horizonte temporal, e diz: “O que, de fato, eu vou deixar para a minha família? O que de fato, do meu suor e do meu sangue derramados sobre esta terra, vai prevalecer e o que eu vou passar como herança?” Isso é bíblico. Herança é bíblica. É importante preservarmos inclusive isso, que é resumido em uma palavra chamada respeito.

Quando falamos de equinos, Álvaro, é importante falar sobre o Distrito Federal, assim como mencionado pelo nosso presidente Rogério Tokarski, com 19 mil equinos. Aqui eu faço um recorte, porque, durante este período em que eu estou aqui em cima, o treinador de cavalo da minha família, que treina os nossos animais, acabou de mandar mensagem: “Olha, eu olhei a boca dos cavalos, aqui. Tem que fazer o dente, está cheio de ponta”. Depois, vem a facada: 700 reais. Porém, serão 700 reais aplicados num veterinário dentro do Distrito Federal, que vão virar 700 reais em compras no supermercado, que vão virar 700 reais em abastecimento no posto de gasolina, que vão virar 700 reais em um vestido, que vão virar 700 reais dentro do comércio. Nós precisamos valorizar o produto profissional da área agrária do Distrito Federal. Isso é importante. O equino movimenta um setor enorme, porque é o cavalo, é o feno, é o tratador, é a ração, é a medicação, é a fábrica

de *trailers* que há no Distrito Federal.

Precisamos avançar, mesmo, presidente, e temos discutido o assunto. Está aqui a nossa subsecretária, como prova, fazendo reuniões inúmeras com a Agrodefesa. Está, também, o Eduardo, que tem participado junto conosco. Conversamos sobre o passaporte equestre integrado com o Governo do Estado de Goiás, junto com a Agrodefesa para que permita que os animais transitem entre os estados e fomentemos mais os esportes equestres. Agora, no dia 17, sábado, vamos ter a retomada do enduro equestre no Distrito Federal. A égua de salto mais valiosa do Brasil hoje está alojada no Distrito Federal. Então, nós precisamos ver a questão da genética, precisamos ver que isso é mais do que um lazer: é um negócio que fomenta nossa cadeia agropecuária.

Eu preciso agradecer, de uma maneira muito enfática, à Emater, que é de vital importância. Defendemos essa importante empresa e fazemos questão de defendê-la, Alvaro – mande um abraço para o Cleison, falei com ele antes de vir; e para a Lois –, porque ela é a extensão dos braços da nossa equipe na ponta. Não conseguimos obviamente estar em todos os lugares, mas vocês estão em muitas propriedades. Isso nos ajuda dentro dos programas de sensibilização dos produtores; ajuda, muitas vezes, até o produtor a fazer o cadastro dentro da Seagri, porque ele não tem conhecimento de informática. Meu muito obrigado à sua pessoa, como coordenador de medicina veterinária, por ser a extensão do nosso braço lá dentro, porque muito dos resultados que nós temos é fruto do trabalho de vocês.

Eu também preciso agradecer, de uma maneira muito latente, à Federação de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal. O fundo sanitário é aportado pela federação, é gerido pela federação. Isso é muito importante, porque, deputado, não é só pelo governo que se faz o progresso, mas principalmente pela iniciativa privada.

Quando vemos a federação imbuída em gerir recursos, em gerir o fundo, em sensibilizar o produtor, isso mostra ao próprio produtor – a federação é formada por produtores – que ela está comprometida com a defesa sanitária.

Houve, nesses dias, um caso de contaminação de um grupo de alevinos. Foi feito inclusive o abate sanitário desse grupo de alevinos, porque se tratava de um vírus de controle oficial. Esse produtor foi indenizado com o recurso do fundo. Se não houvesse fundo, em quem isso recairia?

Nós estamos às vésperas da questão da *influenza* aviária novamente. Quando chegar o inverno no hemisfério norte, haverá a migração das andorinhas. “Mas isso está tão longe!”. Pois é, mas há a rota de passagem bem na parte leste do Distrito Federal. É importantíssimo estarmos atentos a isso; é importantíssimo haver o fundo.

Parabéns pelo trabalho da federação! A federação é importantíssima para o progresso agropecuário do Distrito Federal. Mande meu abraço ao Fernando. Ontem eu falei com ele, inclusive sobre este evento.

Quero fazer um agradecimento mais do que especial, deputado, a esta equipe que hoje está neste plenário. Eu quero agradecer a dedicação de cada um de vocês, que, muitas vezes, tem que renegar o tempo com a família, o tempo de lazer, o tempo de descanso.

Eu faço um testemunho disto: ontem foi aniversário da filha da nossa subsecretária; ela estava ao telefone comigo e passava informações da defesa. Ela disse: “Eu posso só ter mais ou menos uma hora para comemorar o aniversário da minha filha e depois eu mando o material para você”? Eu disse: “Tranquilamente”.

Isso é dedicação, deputado; isso é entrega de todos. Veja a belíssima apresentação que nos foi feita aqui. (Palmas.)

Então, junto com esse parlamento, nós queremos fortalecer esses servidores e essa carreira. Iremos fortalecer, de fato, o sistema agropecuário do Distrito Federal.

Por fim, agradeço, deputado, a boa vontade do senhor e a iniciativa de abrir as portas do parlamento para que trouxéssemos esse tema, realizássemos esta comissão geral hoje, que é item obrigatório para que haja progresso dentro dos requisitos do Ministério da Agricultura, não só por nós, mas principalmente pelo João, pela Maria, pelo Zé, que são os invisíveis que estão no campo, mas derramando suor e lágrima para cada dia trazer alimento para nossas mesas.

Meu muito obrigado! Que Deus abençoe o senhor e abençoe cada um de vocês.

Vamos em frente! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PEPA) – Obrigado, Rafael.

Obrigado a todos vocês. É uma honra poder presidir esta comissão.

Eu quero aqui estender esse agradecimento à equipe da comissão: senhor Kiko, Daniele, servidores desta casa; nossos amigos da TV Câmara Distrital que estão transmitindo a comissão geral para todo o Distrito Federal e para o Brasil.

Quero agradecer às autoridades, vocês que estão aqui para debater temas de suma importância para o desenvolvimento agropecuário do Distrito Federal.

Agradeço a vocês, servidores. Se vocês estão aqui nesta tarde, é porque há um comprometimento de vocês, profissionais.

Mais uma vez quero ressaltar: esta comissão não foi criada por acaso.

Quero registrar a presença do chefe de gabinete do deputado Roosevelt, o André. Esse menino é *show*.

O deputado Roosevelt tem se empenhado bastante em fazer com que o desenvolvimento rural no Distrito Federal aconteça. Trata-se de uma pauta do deputado. Essa é uma pauta que ele defende com muita força.

Muito bom, André. Obrigado pela sua presença, meu amigo.

Muito obrigado a todos. Que Deus abençoe e ilumine cada um de vocês.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente comissão geral, bem como a sessão ordinária que lhe deu origem.

(Levanta-se a sessão às 16h27min.)

Observação: nestas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais foram reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Siglas com ocorrência neste evento:

Agrodefesa – Agência Goiana de Defesa Agropecuária
CRMV-DF – Conselho Regional de Medicina Veterinária do Distrito Federal
Emater-DF – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
ETR – Empresa de Regularização de Terras Rurais
Fape-DF – Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal
IPEDF – Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal
Mapa – Ministério da Agricultura e Pecuária
OIE – Office International des Epizooties (Organização Mundial da Saúde Animal)
PDV – Programa de Demissão Voluntária
PIB – Produto Interno Bruto
Pnefa – Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa
Seagri – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal
UnB – Universidade de Brasília

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 20/05/2024, às 08:35, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1670716** Código CRC: **D7DAE979**.